



## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

EDUCATIONAL PROCESSES IN CONFRONTING SEXUAL VIOLENCE AGAINST  
CHILDREN AND ADOLESCENTS

Tácia Regina Dantas Buganem<sup>1</sup>

Halanderson Raymisson da Silva Pereira<sup>2</sup>

Marli Lucia Tonatto Zibetti<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este trabalho apresenta os resultados de uma revisão integrativa da literatura das ações realizadas no combate à violência sexual infanto-juvenil em que a psicologia se apresenta articulada a educação.. Buscou-se identificar e analisar nos textos elegidos para o estudo a natureza das ações realizadas, o emprego de procedimentos e instrumentos nos processos de trabalho, além de analisar criticamente como a psicologia foi aplicada. O levantamento foi realizado, com os descritores “violência sexual infantil”, “intervenção”, “violência sexual infantil” e “educação” na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES. Os resultados indicaram 24 artigos na primeira busca e 30 na segunda busca. Foram analisados integralmente 6 artigos, a partir dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os resultados apontam a importância das ações educativas de cunho preventivo e protetivo no âmbito da rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual de forma interdisciplinar e destaca a relevância da atuação de psicólogas/os em diferentes instâncias de atendimento, mas prioritariamente no âmbito escolar.

**Palavras-chave:** educação; psicologia; prevenção.

### **Abstract**

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia (CEPSAM). E-mail: [taciadantas8@gmail.com](mailto:taciadantas8@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutorado em Psicologia. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Vice-líder do Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia (CEPSAM). E-mail: [halandersonpereira@gmail.com](mailto:halandersonpereira@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutorado em Psicologia em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Docente do Departamento De Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: [marlizibetti@unir.br](mailto:marlizibetti@unir.br).

## PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

This work presents the results of an integrative review of the literature of actions carried out to combat child and adolescent sexual violence in which psychology is presented in conjunction with education. We sought to identify and analyze in the texts chosen for the study the nature of the actions carried out, the use of procedures and instruments in work processes, in addition to critically analyzing how psychology was applied. The survey was carried out using the descriptors “child sexual violence”, “intervention”, “child sexual violence” and “education” in the CAPES Periodicals Portal database. The results indicated 24 articles in the first search and 30 in the second search. Six articles were fully analyzed based on the established inclusion and exclusion criteria. The results point to the importance of educational actions of a preventive and protective nature within the scope of the protection network for children and adolescents in situations of sexual violence in an interdisciplinary way and highlights the relevance of the work of psychologists in different instances of care, but primarily in the school environment.

**Keywords:** education; psychology; prevention.

### Introdução

As referências técnicas produzidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em conjunto com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), são documentos importantes para as/os psicólogas/os em diversos âmbitos, pois oferecem orientações teórico-metodológicas à atuação profissional. A Referência técnica para atuação na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual (CFP, 2020), a qual é ponto de partida deste estudo, é uma revisão de uma referência técnica publicada em 2009 denominada “Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo”, e traz atualizações das políticas públicas relacionadas ao combate à violência sexual infantil.

O documento apresenta os marcos regulatórios internacionais e nacionais de atenção e proteção à infância e adolescência, como a Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes (Organização das Nações Unidas, 1989), sendo o Brasil um dos primeiros países signatários do documento; a Constituição Federal (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Brasil, 1990), que inspirou cerca de quinze legislações latino-americanas. Esses marcos possuem como máxima o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos que estão em condição peculiar de desenvolvimento, sendo responsabilidade do Estado e da

## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

sociedade garantir o acesso à educação, saúde e moradia, e de protegê-los de toda forma de violência e opressão (CFP, 2020).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) é uma instância deliberativa para as questões relacionadas à população infanto-juvenil, responsável por elaborar e fiscalizar a aplicação das políticas voltadas para esse público (Brasil, 1991). Entre as políticas elaboradas pelo CONANDA, destaca-se o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSCA) e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). O primeiro foi elaborado em 2000 e possui o objetivo de criar e fortalecer ações de proteção integral da criança e do adolescente vítima ou em risco de violência sexual. O segundo foi criado em 2006 com o objetivo de fomentar as políticas previstas no ECA, orientar e regulamentar os princípios básicos de atendimento ao público infanto-juvenil nas esferas municipal, estadual e federal, que também prevê a participação da sociedade civil (CFP, 2020). É importante destacar que o CFP é uma das organizações que participa do CONANDA, representando a sociedade civil.

Um aspecto importante para que as políticas sejam cumpridas e a proteção garantida, é a realização de denúncias quando acontece a violência. Em 1997 foi criado, no Brasil, o primeiro canal de denúncia coordenado pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA) até 2003, posteriormente, o Estado assumiu a responsabilidade do canal conhecido como “Disque 100”. As denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas para serviços da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, que atuarão no acolhimento e enfrentamento dos casos, como os Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Ministério Público (CFP, 2020). O ECA (1990) destaca ainda, como integrantes da Rede, a escola, as instituições não-governamentais, os serviços de saúde, os serviços de assistência social como o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e os órgãos de justiça criminal.

A Rede de Proteção deve atuar de forma interdisciplinar, interprofissional e intersetorial, considerando que o seu principal objetivo é interromper o ciclo da violência. Para tanto, faz-se necessário, responsabilizar judicialmente o autor da violência e adotar medidas sociais de proteção à vítima, como reinserção escolar, bem

## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

como medidas médicas e psicossociais para lidar com as marcas deixadas pela violência (CFP, 2020). A rede deve ser capaz de garantir que a vítima seja escutada durante os atendimentos, considerando eixos interseccionais, como idade, classe e etnia. Nesse sentido, a atuação da/o psicóloga/o se faz fundamental em qualquer instância da Rede, nas quais pode “[...] realizar escuta psicológica, respeitando a legislação profissional e marcos teóricos, técnicos, éticos e metodológicos da Psicologia como ciência e profissão” (CFP, 2018, p. 43).

A psicologia deve contribuir de forma preventiva e interventiva no contexto de violência sexual infanto-juvenil, tendo em vista que possui como campo investigativo os fenômenos psicológicos individuais e sociais que fazem parte desse cenário (CFP, 2020). A atuação da/o profissional depende da instância a qual está alocada/o, entretanto, deve ser sempre realizada de forma contextualizada, incluindo todos os agentes envolvidos na violência e desenvolvendo ações de cunho preventivo. Assim, o atendimento psicossocial preconiza a realização de atividades psicoeducativas que podem ser prioritariamente grupais ou individuais com caráter terapêutico (CFP, 2020).

Apesar dos marcos regulatórios citados e da estruturação da Rede de Proteção que representam feitos importantes para o público infanto-juvenil, ainda há imensuráveis violações de direitos que crianças e adolescentes sofrem em seus diversos contextos de vivência. Dentre as violências sofridas estão situações que levam ao trabalho infantil, tráfico de crianças e adolescentes, exploração/abuso e violência sexual, física e psicológica (CFP, 2020). A referência técnica citada delimita como campo de atuação a proteção de crianças e adolescentes que passaram por violência sexual e suas tipificações. Sendo assim, é importante conceituar e apontar as diferenças entre essas violações.

Santos (2009) define violência sexual como um atentado aos direitos humanos de crianças e adolescentes, pois decorre de um ato sexual violento, praticado por pessoas maiores de idade contra crianças e adolescentes menores de 14 anos, conforme a legislação brasileira. O abuso sexual, por sua vez, é a utilização de crianças e adolescentes para a gratificação sexual pessoal e possui como característica o uso do poder pelo abusador, que se aproveita do período de descoberta da sexualidade infantil para forçar, ameaçar ou seduzir a vítima e realizar

## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

o abuso. A exploração sexual de crianças e adolescentes configura-se como uma forma de coerção e opressão que envolve trabalho forçado e escravização dos corpos, utilizados para comercialização e obtenção de lucro (Declaração de Estocolmo, 1996).

Os tipos de violência citados impactam a vida dos sujeitos de forma devastadora, pois deixam marcas físicas, psicológicas e sociais. Essas marcas afetam o desenvolvimento, dado os efeitos nocivos da agressão que reverberam no modo de existir desses sujeitos, como por exemplo, nas suas relações familiares, escolares e em outros ambientes dos quais participam, e nas relações com o seu próprio corpo e autoimagem (CFP, 2020).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes cresceram no período entre 2021 e 2022, chegando a ultrapassar as estatísticas feitas anteriormente à pandemia de COVID-19. Em 2022, foram registrados 40.659 casos de estupro de vulnerável, em que a vítima tinha até 13 anos. Desse número, o sexo feminino representa 86% dos casos, enquanto o masculino 14%. No caso de exploração sexual, em 2022, em números absolutos, foram registrados 889 casos em que a maioria das vítimas tinham entre 13 e 17 anos. De acordo com o mesmo documento, há um problema com o número de registros desse tipo de violência, que pode ser ocasionado pelo envolvimento de crianças e adolescentes em alta vulnerabilidade social que não possuem condições de realizar a denúncia.

Diante desse cenário, é fundamental que sejam realizadas ações de prevenção e combate à violência sexual infanto-juvenil. Isto está previsto no Plano Nacional de enfrentamento, em um dos eixos estratégicos para formação e implementação de políticas públicas: “assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.” (2013, p. 9). Outro ponto importante a ser considerado, é que as ações realizadas devem estar alinhadas com as políticas públicas de diversos setores, tendo em vista a melhor intersetorialidade entre as instituições envolvidas na prevenção (CFP, 2020). Destaca-se a violência sexual contra crianças e adolescentes fere os direitos humanos das vítimas, de modo que impacta diretamente sua dignidade e vivência de vida. Assim, a psicologia deve e pode estar presente para construir e fomentar as ações realizadas, uma vez que um

## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

dos princípios fundamentais da prática profissional é contribuir para eliminação de qualquer forma de violência, visando a promoção da saúde dos sujeitos (CFP, 2005).

Como exposto, a violência contra crianças e adolescentes se configura como um problema social, sendo um desafio para a família, a sociedade e os gestores públicos, uma vez que é um fenômeno que atravessa áreas distintas e complementares como saúde, educação, assistência social e política. De acordo com as Referências Técnicas é fundamental que se desenvolva um trabalho de prevenção que contribua para evitar que crianças e adolescentes continuem sendo vítimas dessa violência. Por isso, esse estudo fundamenta-se na necessidade de analisar as ações realizadas no âmbito da proteção de crianças e adolescentes em risco de violência sexual, procurando identificar o caráter educativo dessas ações, bem como as contribuições da psicologia nesse processo.

Para isso, recorreremos a Freire (2004), quando afirma que para a prática educativa, é primordial a presença de uma psicologia que esteja, sobretudo, na contramão da lógica mecanicista do sujeito, que a/o psicóloga/o entenda o ser humano a partir das relações que o constituem em seu contexto histórico. Destaca ainda que os processos de aprender e ensinar, são, prioritariamente, processos de produção de saber, que não se reduzem a transferência de conhecimento conceitual, se trata de trocas entre pares.

### **Procedimentos Metodológicos**

O primeiro processo investigativo deste trabalho ocorreu mediante análise documental das Referências Técnicas Para a Atuação da/o Psicóloga/o na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência (CFP, 2020) tendo em vista sua importância e sistematização de saberes para a atuação da/o psicóloga/o e embasamento de sua prática, oferecendo aspectos históricos e políticos primordiais. Realizamos ainda uma revisão integrativa da literatura para levantamento de artigos que descrevessem ações realizadas no combate à violência sexual infanto-juvenil de forma articulada com a educação, verificando a presença da psicologia nesse âmbito.

Assim, o levantamento de artigos científicos sobre o tema foi feito na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES. A escolha dessa base de dados se justifica

## PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

por sua relevância no meio acadêmico e pela possibilidade de acessar trabalhos que foram submetidos à revisão por pares. A pesquisa foi realizada entre agosto e setembro de 2023.

A busca pelo material deu-se pelo cruzamento de descritores, com posterior leitura dos títulos e dos resumos a fim de identificar trabalhos que abordassem alguma ação em campo, por esse motivo, desconsideramos revisões de literatura e análises teóricas. A busca ocorreu em duas etapas: por meio dos termos “violência sexual infantil” e “educação” com os filtros “artigos” e “idioma português”: 24 resultados. Seguindo os critérios de inclusão, foram selecionados três artigos; por meio dos termos é (exato) “violência sexual infantil” e contém “intervenção” com filtros “artigos” e “idioma português”: 30 resultados. Seguindo os critérios de inclusão, também foram selecionados três artigos. Assim, foram estudados e lidos na íntegra seis artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES.

### Resultados e discussões

No quadro 1, apresentamos dados de identificação dos artigos selecionados: os títulos, autoras/es, instituição de ensino (IES) às quais os autores estão vinculados, ano de publicação e tipo de texto.

Quadro 1 – Dados de identificação dos artigos selecionados para análise

Nº	Título	Autoras e autor	IES	Ano	Tipo de texto
1	Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil	Rachel Brino e Lúcia Williams	UFSCar	2003	Pesquisa qualitativa e quantitativa
2	O enfermeiro na atenção à criança com suspeita de abuso sexual: uma abordagem fenomenológica	Lia Leão Ciuffo, Benedita Maria Rêgo Deusdará Rodrigues, Janice Machado da Cunha	UERJ	2009	Pesquisa qualitativa
3	Acesso a informação para construção da cidadania: o abuso sexual infantil em debate	Ângela Pietro, Maria Yunes, Deise Parula Munhoz e Verônica Foes	FURG	2009	Pesquisa qualitativa

## PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4	Integração Saúde e Educação: contribuições da psicologia para a formação de educadores de uma creche em sexualidade infantil	Adriane Costa Ciaffone e Marivete Gesser	UFSC	2014	Relato de experiência
5	Acadêmico de Medicina em ação: promovendo fatores de proteção à violência sexual em crianças vulneráveis	Maíra Ferro Touso, Ana Clara Freitas, Lis Pereira e Glória Lúcia Figueiredo	UNIFRAN	2021	Pesquisa qualitativa
6	Prevenção à violência sexual infantil: um relato sobre as ações desenvolvidas com trabalhadores da educação em um município de pequeno porte em alusão ao 18 de maio	Ana Paula Huçalo, Daniela Cecilia Grisoski e Cláudio Suzuki	UNICENTRO e UFRGS	2022	Relato de experiência

Fonte: Elaborado pela autora a partir de levantamento no Portal de Periódicos CAPES

Nos trabalhos selecionados, três são de natureza qualitativa, um quanti-quali e dois são relatos de experiência. Apontamos a hipótese de que as pesquisadoras e o pesquisador, optaram por pesquisas qualitativas e relatos de experiências tanto pela sensibilidade e seriedade da temática que envolve muitas questões e um público infanto-juvenil, bem como pela natureza do levantamento realizado que buscou trabalhos voltados à intervenção.

Dos artigos analisados, cinco são oriundos de trabalhos realizados em instituições públicas de ensino, sendo três (Brino; Williams, 2003; Ciaffone; Gesser, 2014 e Pietro *et al.*, 2009) de universidades federais, um (Ciuffo; Rodrigues; Cunha, 2009) de universidade estadual e um (Huçalo, Grisoski, Suzuki, 2022) em parceria entre universidade estadual e federal. O trabalho de Touso *et al.*, 2021 foi produzido por profissionais vinculados a uma instituição privada de ensino. É relevante assinalar que essas pesquisas foram realizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil, sendo três em cada, de acordo com a localização da instituição de ensino e a localização geográfica da pesquisa. Nesse conjunto de textos não foram encontradas pesquisas realizadas nas regiões norte, nordeste e centro oeste do país.

## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

As autoras e o autor dos trabalhos analisados possuem formações diversificadas nas áreas de Saúde (Enfermagem, Educação Física, Medicina), Ciências Humanas (Pedagogia, Psicologia, História) e Ciências Sociais (Direito). Porém o maior número de trabalhos foi produzido por profissionais da Psicologia (cinco trabalhos). É fundamental que o combate à violência sexual infantil englobe essas áreas de saberes e profissionais, tendo em vista a atuação em rede e a interdisciplinaridade de forma que todos se comprometam com o fim do ciclo de violência e o cuidado das consequências desta nos sujeitos e seus familiares (CFP, 2020).

Entretanto, para atuar de forma interdisciplinar e em rede são necessárias novas concepções de atendimento às demandas da população. Destacamos o trabalho de Touse *et al.* (2021) desenvolvido por acadêmicas de medicina em uma ONG que atende crianças em vulnerabilidade social, orientado por uma docente com formação em psicologia, que traz uma ampliação do conceito de saúde que não se restringe ao modelo biológico e a atuação em hospitais ou unidades de saúde, considerando aspectos políticos e sociais, possibilitando assim uma formação mais humana.

Ao considerar a psicologia como campo de formação que está mais atrelado a essas pesquisas e relatos, percebemos sua essencialidade em interface com as políticas públicas em trabalhos interdisciplinares que contribuam para a desconstrução da concepção de um sujeito deslocado do social, tendo em vista que a produção de subjetividade e vivências que afetam os sujeitos estão diretamente relacionadas com as condições sociais de vida e inserção em contextos familiares, escolares e de outras instituições (Passone; Perez, 2013). Como trazido pelas Referências técnicas (CFP, 2020, p. 40) a psicologia se debruça “[...] no antes, no durante e no depois quando se trata de crianças e adolescentes e enfrentamento da violência sexual, pois estuda os fenômenos psicológicos individuais e sociais a ela relacionados.”

No Quadro 2, seguindo a mesma ordem do quadro 1, apresentamos outros elementos dos trabalhos analisados: objetivos, participantes, o local de realização da pesquisa, instrumentos e procedimentos de cada artigo, a partir do tipo de texto apontado no quadro anterior.

## PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Quadro 2 – Objetivos, participantes, local de realização, instrumentos e procedimentos dos trabalhos analisados

Nº	Objetivos	Participantes e local de realização	Instrumentos	Procedimentos
1	Capacitar educadoras quanto a atuação frente à suspeita de abuso sexual infanto-juvenil.	Educadoras Secretaria municipal de educação e escolas municipais de Educação infantil	Registro sobre Abuso Sexual (RAS) e questionário sobre conhecimento e crenças a respeito de abuso sexual.	Ocorreu em duas etapas, sendo a primeira o oferecimento de um curso de capacitação, e a segunda de consultoria para as professoras.
2	Analisar as ações do profissional enfermeiro no atendimento à criança com suspeita de ter sofrido abuso sexual.	Enfermeiros/as Hospital municipal.	Entrevista não estruturada.	Estudo descritivo das ações dos profissionais diante de uma situação de violência sexual infantil.
3	Compreender como ocorre (ou não) a denúncia de casos de abuso sexual intra/extrafamiliar nesse contexto, pelas ações de diretores, professores e funcionários.	Professoras e crianças Escola municipal	Com as crianças, foram realizados 7 encontros. Com professores, foi realizado um grupo focal.	Com crianças, foram construídos diários sobre eles próprios, a partir das conversas realizadas. Com professoras, foram debatidas questões em torno do que fazer nesses casos.

## PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4	Capacitar educadoras de uma creche para lidarem com expressões da sexualidade na infância.	Professoras Creche	Levantamento de necessidades das educadoras através da escuta. Realização de sete encontros com as educadoras baseadas no Círculo de Cultura de Paulo Freire e grupo reflexivo.	Realização de oficinas em grupo, em que era organizadas em aquecimento, atividade e compartilhamento, inspirado no psicodrama.
5	Analisar os impactos de atividades de educação sexual com crianças em vulnerabilidade social.	Crianças ONG em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Realizados três encontros nomeados como diagnóstico, intervenção e avaliação em formato de roda de conversa; Formulário com questões abertas.	Introdução de conhecimentos acerca da violência sexual através de conversa. Utilizaram recursos lúdicos, como histórias infantis para trabalhar questões corporais e arte.
6	Capacitar professores e funcionários da educação acerca da violência contra crianças e adolescentes e suas manifestações.	Professores, diretores, inspetores, equipe pedagógica e auxiliares de serviços gerais. Secretaria municipal de assistência social, saúde e educação	Grupo operativo.	Foram formados grupos pequenos no intuito de capacitar, discutir e refletir o que fazer quando ocorrem situações de violência com crianças e adolescentes.

Fonte: Elaborado pela autora

Percebemos que os instrumentos e procedimentos de coleta de dados são diversos: questionários, consultoria, entrevista não estruturada, cursos de capacitação, oficinas, rodas de conversa, grupos operativos e círculos de cultura. Essas abordagens permitem que o conhecimento se faça junto, que haja discussões

## PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

e reflexões acerca do tema. Pietro *et al.* (2009), por exemplo, desenvolveram uma pesquisa com professoras, por meio da realização de um grupo focal em que foram discutidas questões escolhidas pelo próprio grupo, como fatores de risco e indicadores de violência. Foi constatado que as professoras reconhecem a problemática da violência e que a escola pode atuar de forma preventiva e protetora. Da mesma forma, no trabalho de Ciaffone e Gesser (2014), as discussões feitas sobre educação sexual infantil, provocaram nas educadoras questionamentos sobre a violência sexual e constataram que ao assumir a importância dessa educação contribuem irrevogavelmente para a sua prevenção.

Como trazido pela Referência (CFP, 2020), desenvolver ações preventivas em conjunto com comunidades deve fazer parte da atuação da/o psicóloga/o. Dessa forma, evita-se o adoecimento psíquico de longo prazo com o desenvolvimento de transtornos mentais, além de assegurar direitos estabelecidos.

[...] é importante compreender que as intervenções realizadas no âmbito das políticas públicas de combate e prevenção à violência sexual, devem ter foco não apenas na redução das situações de risco e vulnerabilidade, mas na transformação dos ciclos que perpetuam essas situações. É fundamental a busca por fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que fomentem potencialidades e competências para que essas famílias, crianças e adolescentes possam lidar com as dificuldades que ainda enfrentarão (CFP, 2020, p. 59).

Em cinco trabalhos, houve o movimento de levantar as necessidades da instituição e dos participantes, bem como o que gostariam de saber ou aprofundar sobre a temática da violência sexual infantil. Esse procedimento indica a adoção de uma postura democrática que é muito relevante para a ação educativa e para a transformação social, pois não se resume em impor informações, ao contrário, considera os conhecimentos e as vivências dos sujeitos e, acredita que é possível, por meio do diálogo, construir uma nova realidade (Freire, 1981).

No relato de experiência de Huçalo, Grisoski e Suzuki (2022) foi percebido que os participantes concebiam a violência sexual apenas quando há penetração no ato sexual. A partir das concepções dos envolvidos, os pesquisadores conseguiram explicar e demarcar os tipos de violência sexual. Ademais, alguns participantes revelaram que sentem receio em fazer a denúncia por medo de expor sua identidade

## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

e serem responsabilizados. Diante disso, foi explicado e discutido o trabalho cuidadoso e sigiloso que envolve a Rede de Proteção. Dessa forma, esse processo de escutar a vivência dos participantes permite que conhecimentos prévios sejam desconstruídos e novas concepções possam ser trabalhadas.

A Referência (CFP, 2020) alerta que as redes de ensino devem colaborar para o enfrentamento das violências sexuais pela educação sexual e medidas de prevenção, em consonância com o Decreto 9.603/2018 que estabelece o dever dos profissionais de educação em acolher, informar a criança ou o responsável sobre os direitos e procedimentos em casos de violência sexual ou suspeita. Quando necessário, encaminhar a criança ou adolescente para atendimento emergencial e comunicar o Conselho Tutelar.

As professoras e educadoras do ensino fundamental aparecem como as/os principais participantes, uma vez que duas pesquisas envolveram crianças em idade escolar. Há uma pesquisa feita com enfermeiros/as (Ciuffo; Rodrigues; Cunha, 2009), em que uma das percepções foi de que essas/es profissionais procuram outros para terem uma ação conjunta, tendo em vista que para além de cuidados físicos, a criança precisa de apoio psicológico e social. Assim, é possível inferir a importância do atendimento e articulação multiprofissional, uma vez que esse fenômeno é multifacetado e possui várias causas (CFP, 2020).

Destacamos que pesquisas e intervenções que envolvem professoras, educadoras e instituições escolares, são imprescindíveis no contexto infanto-juvenil, pois a escola é um lugar que as crianças passam mais tempo depois da sua família, sendo fundamental para o desenvolvimento dos sujeitos, visto que permite construir conhecimentos e novas relações (Silva *et al.*, 2011). A Referência técnica (CFP, 2020) destaca que a escola é o local onde ocorre a maioria das revelações espontâneas, pois a criança possui vínculos de segurança e confiança com professoras/es e colegas. Por isso, é relevante que sejam realizadas ações educativas com a equipe escolar no intuito de prevenir e identificar a violência sexual infantil.

Assim, Brino e Williams (2003) desenvolveram um trabalho com professoras da secretaria municipal em que foi possível através do Registro sobre Abuso Sexual, trabalhar aspectos como identificação, encaminhamento e rede de proteção, sendo disponibilizados materiais e consultorias para as participantes da pesquisa e um

## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

questionário sobre conhecimento e crenças a respeito de abuso sexual para serem assinaladas como verdadeiro ou falso. Essa pesquisa envolveu dois grupos, um que participou de todas as atividades interventivas formado por cinco participantes, chamado de grupo interventivo (GI), e um grupo controle (GC) formado por seis participantes que não receberam a capacitação. No questionário, na 1ª aplicação o GI teve uma variação de acertos de 74,4% a 83,72%, após a consultoria a variação foi de 93% a 100%. Já o GC teve uma variação de 51% a 88,3% após o período de consultoria. O GI começou a fazer movimentos para além do curso de capacitação e consultoria, mudando dinâmicas com a classe permitindo um contato maior com as crianças e trabalhando a temática com outros professores. Enquanto no GC, não foram constatadas mudanças.

No que concerne ao trabalho com crianças ou adolescentes, é necessário que preconceitos e estereótipos sejam superados, tendo em vista que impera na sociedade discursos em que colocam esses sujeitos como inferiores, incapazes de terem autonomia e protagonizarem suas histórias (CFP, 2020). Os trabalhos analisados indicam as contribuições que essas intervenções trazem para o público envolvido, reafirmando que a prevenção, por meio de processos educativos, é o caminho para a ampliação dos conhecimentos das/os profissionais que trabalham com crianças e jovens.

Nas pesquisas que envolviam crianças Touse *et al.* (2021) observaram que através da educação em saúde foi possível fornecer conhecimentos que produziram empoderamento e proteção, uma vez que as crianças compreenderam os limites do que pode ou não ser tocado no seu corpo, além de trabalharem a intimidade e autoestima. Do mesmo modo, Pietro *et al.* (2009) ao atuarem com crianças, possibilitaram a construção de diários que englobam temas como família, cuidado com o corpo, sexualidade e afetividade. Dessa forma, ambos os trabalhos proporcionam autonomia e protagonismo desse público. Essa construção provoca vivências transformadoras que possibilitam a subversão de discursos que sustentam ciclos de violência, mais ainda, fomenta a participação de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos (CFP, 2020).

Outro ponto importante a ser discutido é a presença de psicólogos dentro das escolas. A Lei 13.935/2019 estabelece a inclusão de profissionais em psicologia e da

## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

assistência social para compor a equipe multiprofissional da educação básica. Essa ferramenta sinaliza uma importante forma de garantir um ensino inclusivo e garantir direitos humanos. Psicólogos e assistentes sociais possuem formação e conhecimentos para a elaboração de mais ações e estratégias como a dos estudos citados, de uma forma mais plural e humana que deve atender às necessidades do corpo escolar em consonância com a política de direitos humanos e demais políticas públicas (CFP, 2022).

Bertasso e Anjos (2022) discutem que um psicólogo dentro do corpo escolar é um grande ganho a equipe e a formação desse profissional, no entanto, são necessários exercícios de criticidade e reflexão da prática na educação, tendo em vista o cenário neoliberal que cobra constante funcionalidade e corpos domesticados. Além dos discursos médicos e medicalizantes que leem os sujeitos a partir de um diagnóstico. Assim, a prática de uma educação livre que promova a emancipação dos indivíduos dentro da escola, seja no aspecto formativo, psicoeducativo e/ou preventivo, é competência do profissional em psicologia.

A partir do exposto, foi possível verificar a importância dos trabalhos realizados no âmbito da educação que visam a prevenção e proteção de crianças e adolescentes da violência sexual. Percebemos que a psicologia possui um papel primordial no acolhimento e sensibilidade em tratar dos sujeitos envolvidos, além de uma posição política e social que deve contribuir para práticas em saúde humanizadas e garantir os direitos humanos. As práticas alinhadas com a promoção dos direitos humanos se demonstram essenciais para restabelecer a dignidade de vida da vítima e de suas famílias. No contexto educacional/escolar isso é ainda mais importante, tendo em vista que esses espaços são os de maior convivência e onde ocorrem trocas relacionais entre os atores envolvidos (Gonçalves e Jacinto, 2019).

### **Considerações Finais**

Nesse texto, por meio do estudo documental da Referência técnica e da análise de seis artigos, buscamos investigar como as ações de enfrentamento a violência sexual infantil se articulam com a educação e verificar a presença da psicologia nesse campo. Para isso, identificamos os trabalhos, o tipo de pesquisa realizada, objetivos, instrumentos e procedimentos.

## **PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

As pesquisas selecionadas foram realizadas nas regiões Sul e Sudeste entre os anos de 2003 e 2022. A maioria das pesquisas adotou uma abordagem qualitativa, em que apontamos que isso se deve a temática sensível e requer a escuta dos participantes, pois envolve muitas questões. No entanto, se destaca a escassez de pesquisas qualitativas, o que aponta a hegemonia nacional das pesquisas qualitativas em psicologia.

As pesquisadoras e o pesquisador possuem diferentes formações que englobam as ciências da saúde, sociais e humanas, sendo a psicologia a que mais aparece. Assim, destacamos a importância de trabalhos interdisciplinares e multiprofissionais, bem como a contribuição de uma psicologia engajada com as políticas públicas de saúde e social.

Quanto aos resultados dos instrumentos e procedimentos das pesquisas, percebemos que predominou as abordagens que envolviam rodas, grupos, cursos de capacitação e oficinas, que permitem que o conhecimento seja compartilhado e sejam construídas reflexões pelos que participam, inclusive os pesquisadores. Destacamos a importância da realização de um levantamento das necessidades institucionais, dos profissionais e das crianças participantes das pesquisas, além da verificação de como os conhecimentos foram apreendidos. Assim, podemos dizer que tais processos estão articulados com a educação, pois se trata de uma troca entre pares (Freire, 2004).

As ações educativas possuem cunho preventivo à violência sexual infanto-juvenil, considerando as instituições escolares e as professoras como maiores participantes, ao evidenciar o que pode ser feito para evitar que a violência ocorra, além de identificar indicadores para que as medidas sejam devidamente tomadas. A psicologia tem um compromisso com esses processos educativos, tendo em vista sua amplitude de atuação na Rede de proteção e compromisso social e político para contribuir com iniciativas que possibilitem condições melhores de vida aos sujeitos envolvidos.

O estudo apresenta como principal limitação sua natureza exploratória da temática, por não se apresentar como uma revisão sistemática, porém, trouxe informações relevantes acerca de como as ações educativas são imprescindíveis para a prevenção da violência sexual infantil, pondo em relevo o papel fundamental da

## PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

psicologia. Por fim, apontamos a necessidade de novos estudos, principalmente para psicólogos/os que atuam no campo da educação.

### Referências

BERTASSO, M.; ANJOS, R. A Psicologia nas Redes Públicas de Educação Básica: Uma análise da Lei No. 13935/2019 à luz da Teoria Histórico-Cultural. **Revista GESTO-Debate**, v. 22, n. 01-31, 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.935/2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm)

BRASIL. **Lei Nº 8242**, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília, 2013.

BRINO, R. de F; WILLIAMS, L. C. de A. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, dez. 2003. ISSN 1981-8076. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3218>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CIAFFONE, A. C. E R.; GESSER, M. Integração Saúde e Educação: Contribuições da Psicologia para a Formação de Educadores de uma Creche em Sexualidade Infantil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 3, p. 774–787, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KVBC4qfNhsZyQcVc8w7T7qF/?lang=pt#>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CIUFFO, L. L; RODRIGUES, B. M; CUNHA, J. M. The nurse in sexual abuse child suspicion attention: a phenomenology approach. **Online Brazilian Journal Of Nursing**, v. 8, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2009.2665>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a atuação de psicólogos(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. 2. ed. Brasília, DF: CFP, 2020.

## PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica Nº 1/2018/GTEC/CG**, de 24 de janeiro de 2018. Nota técnica sobre os impactos da Lei Nº 13.431/2017 na atuação das psicólogas e dos psicólogos. Brasília, DF: CFP, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha Psicologia e Serviço Social na Educação Básica**: Lei nº 13.935/2019. Brasília, CFP, 2022.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/violencia-sexual/documentos\\_internacionais/declaracao\\_de\\_estocolmo.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/violencia-sexual/documentos_internacionais/declaracao_de_estocolmo.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GONÇALVES, G.; JACINTO, P. Direitos humanos no contexto escolar e educacional. In: FONTES, A.; ANDRADE, D.; BONFIM, N.; JACINTO, P. **Psicologia e direitos humanos**: compromisso ético-político e transformações sociais. Conselho Regional de Psicologia da Bahia. Salvador: CRP, 2019.

HUÇALO, A. P.; GRISOSKI, D. C.; SUZUKI, C. S. Prevenção à violência sexual infantil: um relato sobre as ações desenvolvidas com trabalhadores da educação em um município de pequeno porte em alusão ao 18 de maio. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 20, p. 263-274, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/14806>. Acesso em: 03 ago. 2023.

PASSONE, E.; PEREZ, J. Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 3, pp. 612-629, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TSnWPLHr5xkhkFyJrPZq4tm/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2023.

PIETRO, A. T; YUNES, M. A; MUNHOZ, D. P; FOES, V. F. Acesso a informação para construção da cidadania: o abuso sexual infantil em debate. **Biblos**, v. 23, p. 85-92, 2009. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/318>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, R. **Guia de referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood-Instituto WCF-Brasil. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009. Disponível em:

**Revista Culturas & Fronteiras – Volume 11 Nº 1- Dezembro/2024**  
**Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia**  
Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/culturaefronteiras/index>

## PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

[https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia\\_de\\_referencia.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, A. C. S. da; ALENCAR, J. R. de; CHAMON, E. M. Q. de O.; SOUZA, M. T. S. de. Escola e Família: Contextos de Desenvolvimento Humano. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/4>. Acesso em: 18 set. 2023.

TOUSO, M. F. de S.; FREITAS, A. C. S.; PEREIRA, L. C.; FIGUEIREDO, G. L. A. Acadêmico de medicina em ação: promovendo fatores de proteção à violência sexual em crianças vulneráveis. **Medicina (Ribeirão Preto)**, [S. l.], v. 54, n. 2, p. e-172127, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/172127>. Acesso em: 03 ago. 2023.